



# **TORRE** DOS ALCOFORADOS

PAREDES

**TORRE**

**DOS ALCOFORADOS**

PAREDES



Planta.

## SUMÁRIO HISTÓRICO

Conquanto quer Felgueiras Gaio, quer Alão de Morais, sejam perentórios na afirmação de que a casa-mãe dos Alcoforados se situava numa torre existente na freguesia de Lordelo, bispado do Porto, são muitas as incongruências, questões e hiatos que não permitem obter uma linha de continuidade na abordagem histórica a fazer sobre o percurso do monumento. Alão de Morais ainda cita o tombo do mosteiro de Lordelo, onde se refere que certos Brandões eram, em Lordelo, senhores de pelo menos cinco casais (Morais, 1673: 214). Mas, incapaz de ver além da tradição genealógica, ávida por encontrar na tipologia da casa-torre um símbolo de poder e prestígio, atesta:

“O solar dos Alcoforados está na frg.<sup>a</sup> de Lordello q. esta adiante de Vallongo em hua Aldea q se chama hoje a Ferregenta q tomou este nome da quinta q era forra-izenta aonde ainda hoje esta hua Torre antiga E ruínas dos Paços em q. vivião” (Morais, 1673: 158).

A problemática da denominação da Torre, associada à identificação dos seus fundadores, foi já abordada, cremos que por A. de Almeida Fernandes, no verbete respeitante à entrada “Torre”, na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* (Correia et al., 1936-1960). Neste pequeno ensaio, o autor repudia o lugar como solar ou origem dos Alcoforados, pondo em cena o clã de “milites” Brandão, que aqui possuía haveres num período mediado entre os séculos XII e XIII. O autor cita, através do texto das *Inquirições* de 1258, um Martim Brandão, casado com Teresa Fernandes, filha de Fernão Gonçalves de Sousa e D. Ximena Dias, de Urrô (Correia et al., 1942: 175). Martim seria neto do primeiro Brandão, de seu nome próprio Fernando, que teria vivido na primeira metade do século XII. Parece tratar-se de cavaleiros de pouca fazenda, o que alinha com os motivos subjacentes à construção de outras torres, ou seja, através desta tipologia de construções pretendiam conseguir, os membros da pequena nobreza ou linhagens secundárias, afirmar-se no círculo social e político local e regional<sup>1</sup>.

Todavia, é difícil estabelecer ligações familiares numa época em que escasseiam as fontes e as que existem apenas privilegiam a alta nobreza. Após as poucas referências nas *Inquirições* de 1258, apenas na segunda metade do século XV voltamos a poder avaliar o peso da importância da linhagem dos Brandões, quando estes emergem no patriciado quinhentista do Porto. Serão, contudo, os descendentes dos de Lordelo ou parentes seus? É que, por esta altura, estão já muito longe de revelarem ligações àquela freguesia, movendo-se num espaço imediatamente concêntrico à urbe portuense<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A este respeito veja-se Barroca (1989: 9-62).

<sup>2</sup> Efetivamente, Felgueiras Gaio distingue entre Brandões antigos e novos. Os primeiros correspondem aos mencionados nos documentos relacionados com “Lordelo” (Gaio, 1938-1941). No concernente aos segundos veja-se “Brandões” em Brito (1997).



Se quanto aos Brandões fica por conhecer devidamente a sua intervenção na fundação da Torre, relativamente aos Alcoforados, o cenário é mais desolador. Assumindo a hipótese de que a Torre não existia em 1258, parece ser pela mesma altura que a área de influência dos Alcoforados se deslocaliza da região de Aguiar para a do Sousa. Efetivamente, a sua origem é um território nas proximidades de Chaves, como esclarece José Augusto de Sotomayor-Pizarro: “ramo dos Guedões originário de Aguiar da Pena, os Alcoforados cedo se fixaram no vale do Sousa, a partir do qual se expandiram para as áreas vizinhas” (Sotomayor-Pizarro, 1997: 1159) – cedo equivale a dizer que, em finais do século XIII, já não possuíam bens em Aguiar. Alcoforado parece provir de uma alcunha e não reflete a origem toponímica dos mesmos. Desenraizados, procuram fortuna e prestígio a sudoeste. Se a deslocação, por via de casamento, com uma de Sousa, implicou a criação de um solar, nada nos garante que tenha sido em Lordelo. E podemos até pôr a hipótese de que o tenham tomado por casamento, ou por herança, em data que infelizmente desconhecemos.

No século XVIII, a indicação do seu proprietário, que nos é dada pelo padre António Carvalho da Costa, permite-nos confirmar parte da nossa hipótese. Em 1706 era senhor da Torre dos Alcoforados Pedro Vaz Cirne de Sousa (Costa, 1706-1712: 375). Este militar, vereador do Porto e escritor, era filho de Manuel Cirne Soares e Antónia de Sousa Alcoforado<sup>3</sup>.

Embora descendesse, por duas linhas da parte paterna dos Brandões e Brandões Sanches, associados à oligarquia do Porto, não cremos que fosse por essa via que Pedro Vaz tivesse herdado parte da Torre dos Alcoforados<sup>4</sup>. De facto, ela advinha-lhe pela sua mãe, neta do casal Gonçalo Vaz Alcoforado e Margarida de Sousa, que vivera no século XV (Gaio, 1938-1941). Margarida de Sousa descendia dos de Urrô (lugar no atual concelho de Penafiel), pois fora sua bisavó Inês Vasques (dita de Urrô), que viveu provavelmente na segunda metade do século XIII. Ora, como já vimos, esta família estava ligada aos Brandões, através do casamento de Teresa Fernandes, filha de Ximena Dias “de Urrô”, com Martim Brandão. Resta acrescentar que D. Ximena era irmã de um avoengo da referida Margarida de Sousa, por onde seguiu a representação dos Alcoforados e o senhorio da Torre que talvez nem tenha sido obra dos ditos Brandões, mas sim de indivíduos do círculo familiar dos de Urrô, depois diluídos em Brandões e estes em Alcoforados.

A Torre deve ter sido desabitada cedo, dada a dispersão dos seus senhores entre famílias portuenses e de Entre-Douro-e-Minho, não obstante ter permanecido como símbolo nominal de prestígio. É assaz frequente a acumulação de referências a senhorios de casas e torres, que a nobreza cultivou como forma de colmatar a falta de títulos nobiliárquicos e equilibrar o seu estatuto. Viver à lei da nobreza implicava gerir um estado que se alimentava da administração de bens dominiais (ainda que na maioria de teor enfiteútico) e da manutenção de um conjunto de cargos e (ou) privilégios que advinham por afinidade ou consanguinidade.

<sup>3</sup> É referido no sétimo volume do *Diccionario bibliographico portuguez* (Silva e Aranha, 1862: 10). Depois de enviivar seguiu carreira eclesiástica, tornando-se maltês. Foi um dos que aclamou D. João IV em Guimarães.

<sup>4</sup> Como referimos, não existem dados suficientes para aquilatar da ligação direta dos Brandões referidos em Lordelo, no ano de 1258, e os Brandões e Brandões Sanches ligados às principais famílias da cidade do Porto.

## A ANÁLISE DA ESTRUTURA DA SUA DIMENSÃO ARQUITETÓNICA E SOCIAL

Seguramente posterior a 1258, a Torre dita “dos Alcoforados” encontra-se edificada sobre um outeiro, hoje absorvido pelo casario do lugar que, devido à sua existência, adotou o topónimo “da Torre”. As edificações que a circundam são de construção recente e foram feitos profundos desaterros nos terrenos imediatos da sua envolvência (Oliveira, 2008: 154). Ergue-se a Torre num afloramento granítico que se destaca no meio do vale agrícola encaixado entre a serra da Agrela e a serra de São Tiago, irrigado pelo rio Ferreira (que passa a sudeste) e pela ribeira de Feteira (a nordeste) e ainda pontuado por vários poços e engenhos característicos de uma intensiva exploração agrária<sup>5</sup>. Esta estrutura senhorial, com forte implantação no território imediato, enquanto símbolo de domínio, acabou por ir perdendo, ao longo dos tempos, a sua função prístina. Perdida que estava a ideia de controlo territorial (de um domínio senhorial específico), reflexo imediato do afrouxamento da ligação a uma dada linhagem, a verdade é que, a determinada altura, a Torre de Lordelo acabou por se converter, mais do que numa ruína, num edifício devoluto, pois os elementos remanescentes, analisados a par e passo com outros exemplares coevos, permitem-nos ter uma ideia concreta daquilo que foi esta *domus fortis* em plena Época Medieval. Foi graças à sua forte carga simbólica que as torres senhoriais foram preservadas, mesmo quando esvaziadas de utilidade (Almeida, 2002: 106).

408



Área envolvente.

<sup>5</sup> Hoje mais urbanizada e mais desflorestada, a paisagem que envolve a Torre dos Alcoforados é composta por parcelas agrícolas separadas por vinhas ou pequenos cursos de água. Pequenas manchas de floresta, o saltus, vão alimentando as serrações de madeira. Topónimos como “Vinhãl”, “Bouça”, “Agra”, “Campónio”, “Lameiro”, “Cavada”, “Devesa”, “Bouço”, “Agrela”, “Campos” ou “Nabeiros” comprovam a presença desta atividade agrícola e outros, como “Soutelo”, “Outeiro”, “Tapadinha” e “Gandara”, remetem-nos para a prática da pastorícia (Oliveira, 2008: 154-155).

A cronologia desta Torre deve ser posicionada na primeira metade do século XIV, pois, além de não existir ainda em meados da centúria de trezentos, há na sua estrutura um conjunto de elementos que concorrem para o efeito: as janelas de sabor gótico, cujo mainel delimita estreitos arcos quebrados. No entanto, a estrutura desta Torre tem, incontestavelmente, a sua origem nas torres de menagem românicas. Tanto Mário Jorge Barroca (1989: 9-62; 1997: 39-103) como José Custódio Vieira da Silva (1999: 99-115) concordam com esta tese.

A residência senhorial fortificada constitui um evidente reflexo da progressiva sedentarização da sociedade peninsular nas suas várias vertentes – “Torres”, “Casas-Torres” ou “Casas-Fortes” (Barroca, 1997: 16). Deriva, pois, a *domus fortis* de uma importação da estrutura das torres de menagem românicas, nelas se sobrepondo a componente civil à militar (Barroca, 1997: 66). É aos templários, e mais concretamente, a Gualdim Pais (1118-1195) que devemos a importação da torre de menagem, constituinte fundamental do castelo românico em Portugal. Foi em meados do século XII que se iniciou a construção do castelo de Pombal, primeira obra de vulto do mestrado de Gualdim Pais no território português. Invulgar para a época e para o panorama nacional, trata-se de uma edificação notável, cuja torre de menagem se ergue nas proximidades da entrada do castelo, completando a sua defesa<sup>6</sup> e testemunhando claramente como esta ordem era, na altura, a instituição que detinha os mais avançados conhecimentos da técnica de ataque e de defesa de fortalezas em todo o território (Barroca, 2000: 391). Uma epígrafe datada de 1174 noticia a construção da torre de menagem do castelo de Longroiva (Meda) por D. Gualdim Pais (Barroca, 2000: 389-391).

Além das inerentes funções defensivas, a torre de menagem cedo associou a si uma imagem de poder e de demonstração de força, pelo que a função habitacional a ela depressa se colou. A par dos inúmeros testemunhos remanescentes, a presença do topónimo “Torre” um pouco por todo o Entre-Douro-e-Minho é um bom testemunho da popularidade que estas estruturas alcançaram, descontextualizadas já de um ambiente exclusivamente militar, defensivo e de reorganização do território, antes associadas a uma sociedade senhorial em plena afirmação e ascensão. São, pois, as linhagens de segundo plano, os “milites” aspirantes a ricos-homens, quem de início adotou esta solução arquitetónica da *domus fortis* para encabeçar os seus domínios (Barroca, 1997: 53). Para Mário Jorge Barroca, esta tipologia arquitetónica da época românica constitui “um dos mais extraordinários exemplos de adequação entre modelo arquitectónico [derivado da torre de menagem], função [residencial] e poder simbólico [nobilitação e antiguidade]” (Barroca, 1997: 99).

Tal como a maioria das torres de menagem dos castelos, as casas-torre desenvolvem-se em altura. A dos Alcoforados conta hoje com cerca de 8,60 metros, embora falem no topo algumas fiadas de silhares (Oliveira, 2008: 158), tendo sido certamente provida de ameias. Os merlões ou ameias, elementos que por excelência definem o cariz militar de uma dada estrutura, dotados de uma elevada carga simbólica, foram os principais responsáveis por conferir um perfil fortificado à residência senhorial (Barroca, 1997: 66). Recorde-se o caso da Torre de Vilar (Vilar do Torno e Alentém, Lousada) (Rosas, 2008: 349-355) que, com os seus quase 14 metros

6 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 125-138).





Fachada noroeste.

de altura, domina altaneira um vale fértil e bem irrigado, símbolo do poder dominial sobre o território, viu os seus merlões desaparecerem ao longo dos tempos.

410

Assente diretamente sobre um afloramento granítico, que lhe acentua a verticalidade e confere solidez aos seus alicerces, a Torre dos Alcoforados é constituída por muros bem aparelhados, apesar das diferentes dimensões dos seus silhares e que criam fiadas de várias alturas. As estreitas frestas, de perfil mais militarizado que as que rasgam a Torre de Vilar, deram lugar, em Lordelo, às janelas geminadas que já referimos. Se a primeira datará certamente de finais do século XIII/inícios do XIV, a segunda é um testemunho seguro de uma cronologia mais tardia. Como dissemos já, o mainel é um elemento característico da estética do gótico. Aqui, o mainel central tem as arestas chanfradas no exterior e pedra horizontal com sistema de tranca no interior. Rasgadas na espessura de um profundo muro, com cerca de 1,10 metros de espessura (Oliveira, 2008: 158-159), estas janelas são interiormente enquadradas por um arco ligeiramente abatido que abriga, ainda, conversadeiras de alvenaria situadas logo abaixo do peitoril, nos flancos dos rasgos da parede.

Enquadrando-se no “modelo” comum à maior parte das residências senhoriais, a Torre dos Alcoforados apresenta já a sua porta de acesso ao interior posicionada ao nível do piso térreo e não no primeiro andar, conforme era de regra nas torres de menagem e como vemos na do Castelo de Arnoia (Celorico de Basto). Constituída por dois sobrados, esta Torre assume assim primeiramente a sua função residencial – entenda-se senhorial –, e só depois se afirma como elemento de natureza militar. Os pavimentos dos pisos superiores, como as escadas que lhes permitiam o acesso, eram em madeira, conforme denunciam os encaixes das traves que sustentavam o sobrado. Delimitada por um arco de volta perfeita, a porta rasgada ao nível do piso térreo apresenta uma verga de arco adintelado, composto por quatro aduelas. O seu sistema de tranca era bastante simples (Oliveira, 2008): formada por dois volantes com batente central, denunciados pelos dois encaixes superiores onde rodavam os eixos, a porta era protegida por uma tranca de que se conservam os negativos na parede do vão, apesar dos sinais que acusam



Torre de Vilar (Lousada). Vista aérea.



Fachada noroeste. Piso superior. Pormenor da janela mainelada. Vista exterior.



Fachada noroeste. Piso superior. Pormenor da janela mainelada. Vista interior.



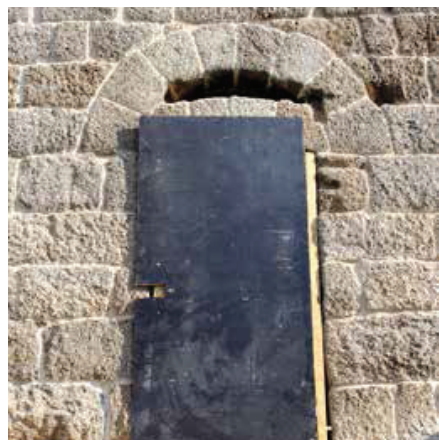
Fachada noroeste. Piso intermédio. Pormenor da janela mainelada (vista interior) (1951). Fonte: arquivo IHRU.



Fachada noroeste. Piso intermédio. Pormenor da janela mainelada (vista interior) (1951). Fonte: arquivo IHRU.



Fachada noroeste. Porta (1951). Fonte: arquivo IHRU.



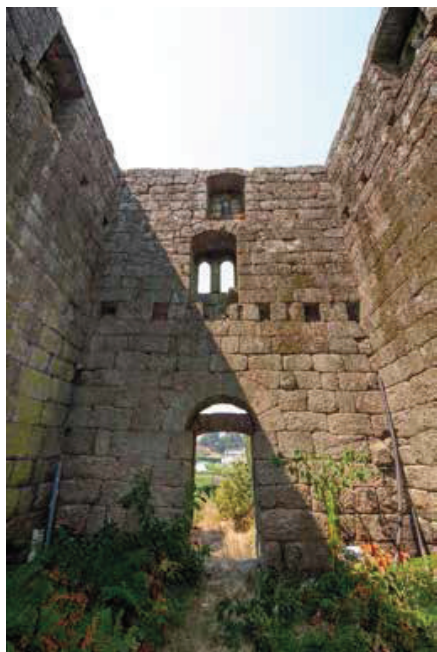
Fachada noroeste. Perspetiva da porta durante as intervenções da Rota do Românico (2014).

alterações posteriormente realizadas. Sobre esta porta terá existido uma estrutura que cumpriria as mesmas funções de resguardo, conforme poderá informar uma cicatriz no paramento, talvez um negativo de um alpendre definindo uma água.

Atente-se ao facto de que no primeiro piso existiu um balcão, provavelmente dotado de matacães, conforme atestam as consolas que existem no exterior da porta que, voltada a nordeste, abre o piso central para o exterior. As mísulas indicam-nos que este balcão era dotado de uma estrutura alpendrada que formaria uma pequena cobertura. Cremos que este andar seria o principal do edifício, o chamado “andar nobre”, tendo em conta a presença deste elemento que abre esta Torre senhorial para a propriedade agrícola imediata.

Cremos, no entanto, que esta Torre seria acompanhada de uma série de dependências de apoio como a cozinha, os celeiros, os estábulos, etc., de que não restam vestígios por terem sido edificados em materiais perecíveis, como a madeira. Além disso, já no século XIII, as dimensões das torres começaram a revelar-se demasiado exíguas para a vida quotidiana, dando origem ao aparecimento de anexos residenciais (Almeida e Barroca, 2002: 106). Isentos de qualquer valor simbólico, de resto, cremos que também deles dificilmente teremos informação arqueológica tendo em conta o posicionamento do casario de construção recente face à implantação da Torre dos Alcoforados.

412



Vista geral dos paramentos interiores antes das intervenções da Rota do Românico (2014).



Vista geral dos paramentos interiores antes das intervenções da Rota do Românico (2014).



Fachada nordeste durante as intervenções da Rota do Românico (2014).

## A TORRE DOS ALCOFORADOS NA ATUALIDADE

Em finais de 1987, a Câmara Municipal de Paredes, ciente que estava do valor histórico-artístico da Torre existente na freguesia de Lordelo, “conhecida popularmente por “Torre dos Mouros” ou “Torre Alta””, além da designação mais habitual de “Torre dos Alcoforados”, propôs a classificação deste imóvel<sup>7</sup>. Saliente-se, no entanto, que a Câmara Municipal de Paredes, como a Junta de Freguesia de Lordelo, tinham já “assumido medidas cautelares” para a conservação e salvaguarda deste imóvel<sup>8</sup>.

O Instituto Português do Património Cultural, entidade ao tempo responsável pela classificação do património edificado, aprovou a proposta de classificação da Torre dos Alcoforados. Tratando-se, pois, de um longo e complexo processo administrativo, a classificação deste imóvel como de Interesse Público foi por fim reconhecida pelo Decreto n.º 45/93, de 30 de novembro de 1993. [MLB / NR]

Integrando hoje a Rota do Românico, a Torre foi objeto, em 2014, de uma vasta intervenção de “salvaguarda e valorização do monumento enquanto estrutura física de interesse cultural, mas também enquanto gerador de uma ambiência própria ainda legível no sítio e a preservar, de que a sua actual propriedade agrícola faz parte” (Costa e Monte, 2011a: 1). Pretendeu-se intervir na Torre “através da conservação e restauro da estrutura monumental”, criando condições para o seu uso e interpretação, construindo a cobertura, fechando os respetivos vãos e recriando os pisos nos níveis primitivos (Costa e Monte, 2011a: 2). Numa próxima fase, para a qual já foi desenvolvido um projeto, os trabalhos incidirão na construção de acessos a viaturas e peões, na reabilitação dos espaços verdes adjacentes, na criação de zonas de lazer e conclusão do equipamento de apoio aos visitantes (Costa e Monte, 2011b: 2). [RR]



Vista geral antes das intervenções da Rota do Românico (2014).

<sup>7</sup> *Documentação vária*. In PT DGEMN: DSARH-010/187-0015, SIPA.TXT.01572449 a SIPA.TXT.01572455 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt). [Nº IPA Nº PT011310130008].

<sup>8</sup> *Idem*.

## CRONOLOGIA

Século XIV (1.ª metade): cronologia proposta para a edificação da Torre dos Alcoforados;

1987: a Câmara Municipal de Paredes propôs a classificação da Torre dos Alcoforados;

1993: a Torre dos Alcoforados foi classificada como Imóvel de Interesse Público;

2010: a Torre dos Alcoforados passa a integrar a Rota do Românico;

2014: trabalhos de conservação e salvaguarda no âmbito da Rota do Românico.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Torre dos Mouros / Torre dos Alcoforados / Torre Alta / Torre do Lordelo. Interior: janelas* [Material fotográfico]. Paredes: [s.n., 1951]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00005106, FOTO.00063196.

\_\_\_\_\_ – *Torre dos Mouros / Torre dos Alcoforados / Torre Alta / Torre do Lordelo. Interior: janela* [Material fotográfico]. Paredes: [s.n., 1951]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00005106, FOTO.00063197.

\_\_\_\_\_ – *Torre dos Mouros / Torre dos Alcoforados / Torre Alta / Torre do Lordelo: porta* [Material fotográfico]. Paredes: [s.n., 1951]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00005106, FOTO.00063195.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário – *História da arte em Portugal: o gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BARROCA, Mário – Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. *Revista de História*. Vol. 9 (1989) 9-62.

\_\_\_\_\_ – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

\_\_\_\_\_ – Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza da Baixa Idade Média: sécs. XII-XV. *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 (1997) 39-103.

BOTELHO, Maria Leonor – Castelos templários de Pombal (Leiria) e de Longroiva (Meda – Guarda). In PÉREZ GONZÁLEZ, José María, dir. – *Arte românica em Portugal*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real, 2010.

BRITO, Pedro – *Patriciado urbano quincentista: as famílias dominantes do Porto: 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1997.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Torre. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. 32.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Lúcia; MONTE, Hugo – *Salvaguarda e valorização do monumento torre dos Alcoforados – 3ª fase. Projecto de execução: memória descritiva e justificativa, programa de trabalhos, geral e fase 1.* [S.l.: s.n.], 2011a. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *Salvaguarda e valorização do monumento torre dos Alcoforados – 3ª fase. Projecto de execução: memória descritiva e justificativa, programa de trabalhos, geral e fase 2.* [S.l.: s.n.], 2011b. Texto policopiado. DECRETO n.º 45. D.R. Série I-B. 280 (1993-11-30) 6701.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal.* [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

MORAIS, Cristóvão Alão de [et al.] – *Pedatura lusitana: nobiliário de famílias de Portugal.* Porto: Livraria Fernando Machado, 1673 [ed. 1948].

OLIVEIRA, Ana Maria – *Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo.* In ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DAS TERRAS DO SOUSA, 1, Lousada, 2008. *Oppidum.* Lousada: Câmara Municipal. Número especial (2008).

PÉREZ GONZÁLEZ, José María, dir. – *Arte românica em Portugal.* Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real, 2010.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários.* N.º IPA PT011310130008 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa.* [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

SILVA, I. F.; ARANHA, P. W. B. – *Diccionario bibliographico portuguez.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

SILVA, José Custódio Vieira – *A torre ou "casa forte" medieval.* *El Museo de Pontevedra.* Vol. 58 (1999) 99-115.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325.* Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.